

~~500 UPE-PA, com fundamento na Alínea “b”, Inciso IV, do Art. 282, do RI/TCMPA, por Processos licitatórios encaminhados pelo Mural das Licitações de forma intempestiva, descumprindo o disposto nas Resoluções nº (s) 11.535/2014-TCM-PA, 11.832/2015/TCMPA.~~

~~II. Fica desde já, ciente o ordenador responsável, que o não recolhimento das multas fixadas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, sob pena de acréscimos de mora, previstos no Art. 303, Inciso I e III, do RI/TCM-PA, os quais, em caso de não atendimento, comportam a remessa dos autos à Procuradoria-Geral do Estado, objetivando o protesto e execução do título executivo, com acréscimo dos consectários legais fixados pelo Art. 303-A, do RITCM/PA (Ato nº 20).~~

RESOLUÇÃO Nº 15.583, DE 16/12/2020

Processo nº 202002045-00

Origem: **PROMABEN**

Assunto: Consulta

Interessada: **Luciana S. C. Vasconcelos**

Instrução: Diretoria Jurídica – DIJUR

Relator: Conselheiro **Sérgio Leão**

Exercício: 2020

EMENTA: CONSULTA. PANDEMIA COVID-19. DOCUMENTOS ASSINADOS ELETRONICAMENTE. VALIDADE ASSINATURA ELETRÔNICA. COMPROVAÇÃO DA AUTENTICIDADE E INTEGRALIDADE. SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

DECISÃO: Diante de todo o exposto e, ainda, em razão de ter acompanhado, em sua integralidade, a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA, por compreender que a mesma agrega e consolida posições deste Colendo Plenário, adotam a ementa elaborada pelo referido setor, com itens complementares nos seguintes termos:

1. Para o reconhecimento da validade de documentos eletrônicos, é necessário que seja possível comprovar a sua autenticidade, ou seja, a certeza de sua autoria, bem como a sua integridade, isto é, a veracidade do conteúdo do instrumento, pelo sistema de assinatura eletrônica adotado.

2. Os documentos eletrônicos especificamente, estes possuem garantia jurídica dada pela Medida Provisória 2.200-2/2001.

3. Serão admitidos documentos eletrônicos produzidos e conservados com a observância da legislação específica, nos termos do Art. 441, do CPC.

4. A comprovação da assinatura eletrônica é possível por meio da implantação de sistemas de certificação capazes de validar a autoria de assinatura eletrônica, bem como de traçar a “trilha de auditoria digital” (cadeia de custódia) do documento, a fim de verificar sua integridade

RESOLUÇÃO Nº 15.586, DE 16/12/2020

Processo SPE nº 087.001.2017.1.000 (201881728-00)

Origem: Prefeitura Municipal de Xinguara

Assunto: Prestação de Contas de Governo exercício de 2017

Responsável: Osvaldo de Oliveira Assunção Júnior

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO. PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA. EXERCÍCIO DE 2017. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

DECISÃO:

I. **Votam** com fundamento no Art. 37, II, da LC Estadual nº 109/2016 (LO/TCM-PA), VOTO pela emissão de Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **APROVAÇÃO COM RESSALVA**, das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de XINGUARA, exercício de 2017, de responsabilidade de Osvaldo de Oliveira Assunção Júnior.

II. Após o trânsito em julgado desta decisão, deve a Secretaria-Geral, notificar o Presidente da Câmara Municipal para que no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos da sede deste TCM, para processamento e julgamento do presente Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias, conforme determina o Art. 71, §2º, da Constituição Estadual, sob pena de envio dos autos ao Ministério Público Estadual, para apuração do crime de improbidade, por violação do Art. 11, da Lei federal nº 8.429/92, sem prejuízo de outras sanções que vier imputar o Tribunal, de natureza pecuniária e de ponto de controle para reprovação de suas contas.

Protocolo: 33969

